

Logística
Ambiental de São
Paulo S.A. - LOGA

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balanço patrimonial	9
Demonstração dos resultados	10
Demonstração dos resultados abrangentes	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstração dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA

CNPJ nº 07.032.886/0001-02

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras da Logística Ambiental de São Paulo S.A. – LOGA referentes a 31 de Dezembro de 2020 e 2019, acompanhadas das Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes. As Demonstrações Financeiras em sua íntegra encontram-se à disposição no site da Companhia.

I) A Companhia: O contrato de concessão firmado em 2004 entre a LOGA e a Prefeitura do Município de São Paulo completou seu décimo-sexto ano de desafios, realizações e inovações. A concessionária é a responsável pela coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos domiciliares e de serviços de saúde gerados nas regiões Norte e Oeste da cidade, por 20 anos. Atualmente, as regiões Norte e Oeste contam com 4,5 milhões de habitantes, além de uma população flutuante estimada em mais 2 milhões de pessoas que trabalham, estudam, passam por atendimento de saúde e fazem negócios nessas regiões.

II) Desempenho Operacional: Para atender esta demanda a LOGA conta com mais de 2.400 colaboradores e cerca de 300 veículos especializados na coleta de resíduos porta-a-porta. São 1,6 milhão de domicílios e 21 mil estabelecimentos de saúde coletados dia e noite em 876 bairros e 13 subprefeituras. Em 2020 foram 1,7 milhão de toneladas coletadas, com 14 milhões de quilômetros percorridos pelas ruas e consumo de 8,2 milhões de litros de combustível. Na Estação de Transbordo Ponte Pequena foram transferidas 1,5 milhões de toneladas de resíduos de caminhões de coleta para veículos com grande capacidade de carga, otimizando o fluxo de resíduos até o aterro sanitário. Foram coletadas e tratadas cerca de 29 mil toneladas de Resíduos de Saúde, seguindo os mais rígidos controles e padrões técnicos. A destinação final de 1,7 milhão de tonelada ocorreu em um dos maiores e mais seguros aterros sanitários do mundo, alinhado ao compromisso da LOGA com o Meio Ambiente e a Qualidade dos serviços. Os indicadores de produtividade da Companhia continuam apresentando melhorias constantes, em razão dos esforços contínuos em treinamento, produtividade e segurança, além de inovações nos equipamentos e destacada gestão no controle operacional.

III) Gestão de Pessoas: A LOGA busca continuamente a capacitação de seus colaboradores, desenvolvendo programas que visam o aprimoramento específico no desempenho das suas atividades. O programa de estágio vem sendo renovado e continua promovendo oportunidades para estudantes no nível de graduação a ingressarem no mercado de trabalho e adquirirem experiência. Outro programa de destaque é o Programa de Trainee que visa desenvolver e qualificar jovens para ocupar posições estratégicas e assumir desafios propostos pela Organização. Além dos programas destacados, a LOGA investe em ações que proporcionam reconhecimento aos colaboradores, como Você Tem Mais Valor, voltado à valorização dos colaboradores através do cumprimento dos procedimentos internos, segurança do trabalho e qualidade dos serviços.

IV) Segurança, e Meio Ambiente: Com base nos preceitos da gestão integrada, a LOGA adota práticas e procedimentos para proporcionar aos seus colaboradores um ambiente seguro e saudável, investindo em ações e equipamentos que minimizem riscos à segurança e saúde do trabalho, implementando medidas de proteção em suas atividades e operações no combate ao COVID19. Comprometida com a preservação do meio ambiente, a LOGA cumpre com rigor a legislação aplicável a sua atividade, atuando com práticas preventivas para mitigar seus aspectos e impactos ambientais

V) Qualidade, Auditoria Interna e Gestão da Informação: Com a missão de assegurar o cumprimento do desdobramento dos objetivos estratégicos e políticas da Loga mediante o processo de auditoria, gestão de metas, políticas e procedimentos e planos de ação a LOGA mantém esses processos em apoio a Alta Direção via Governança Corporativa. De forma consistente são realizados definições de processos, padrões e procedimentos críticos para sustentação do negócio sendo certificada por organismo acreditado pelo Inmetro nas ISOs 9001 – Sistemas de Gestão de Qualidade e 37001 – Sistemas de Gestão Antissuborno, selos internacionalmente reconhecidos.

VI) Responsabilidade Social: Em 2020, a Loga, devido ao momento de pandemia vivenciado pelo mundo todo, iniciou o ano com ações presenciais, mas, aos poucos, foi substituindo grande parte de suas ações por produções efetuadas em home office, panfletagens sem contato com público e conscientização de forma on-line. O atendimento personalizado porta a porta foi substituído pela panfletagem com folhetos informativos. Foi um ano de adaptação ao novo normal e de traçar estratégias. Independente disso, a empresa atendeu cerca de 113,5 mil participantes. A Companhia manteve o Projeto IAJA (Incubadora Ambiental Jovem & Ação) - realizado em parceria com a Sociedade Benfeitora do Jaguaré, que manteve atividades a distância que impactaram 1.700 pessoas via web, entre crianças e adultos. Além disso, em 2020, a Loga realizou projetos via Lei de Incentivo à Cultura, sem deixar de honrar com seus compromissos sociais e culturais, que aguardam o retorno de normalidade para dar andamento às atividades presenciais. A peça “Por um Futuro Sustentável”, projeto que leva conscientização para as crianças do Agrupamento Noroeste da cidade de São Paulo possui 14 apresentações pendentes, aportadas no final de 2019, e que voltarão a ser realizadas tão logo as instituições de ensino retornem totalmente com suas atividades presenciais. Já o projeto incentivado da obra Espaços Indivisíveis foi também a grande contribuição da empresa nessas questões e pode ser realizado em sua totalidade com a impressão de 3.000 exemplares.

O grande destaque do ano em conscientização foi a continuidade do Movimento Recicla Sampa, que possui todas as ferramentas on-line e que possibilita atividades para sensibilizar o público a partir de comunicação integrada e utilizando personagem de destaque e plataformas digitais. Esse projeto abrangeu um público estimado de 11 milhões de pessoas.

Todas essas ações contribuíram para a formação, nessa pandemia, de forma on-line dos munícipes que aprenderam sobre o manejo responsável dos resíduos, visando uma sociedade mais sustentável e ciente da importância da gestão compartilhada por todos.

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

VII) Investimentos: Apesar do desequilíbrio econômico-financeiro, a empresa vem honrando os compromissos contratuais. Em 2020 foram adquiridos 68 veículos operacionais, afim de garantir a excelência operacional, totalizando aproximadamente R\$ 32.000 investidos. Além disso, a LOGA também investiu cerca de R\$ 350 na compra de contêineres visando atender o aumento da demanda de resíduos hospitalares causada pela Covid-19.

VIII) Compliance: A Loga - Logística Ambiental de São Paulo S.A atua com ética, respeito ao meio ambiente e à sociedade. Nossas práticas estão alinhadas ao Código de Conduta e Política Anticorrupção do Programa de Integridade da companhia e isso significa que todos os públicos com os quais nos relacionamos devem seguir valores éticos e de transparência. Em 2020 a LOGA associou-se ao Instituto Brasileiro de Autorregulamentação no Setor de Infraestrutura – IBRIC e permanece como signatária do Pacto de Integridade do Setor de Limpeza Urbana, Resíduos e Efluentes, que reforça a atuação no tema a partir de uma visão setorial. As 7ª e 8ª Semanas de Integridade foram realizadas com atividades e treinamentos voltados para todos os públicos, para disseminação da cultura ética e promoção de bases sustentáveis nos negócios. Em novembro a Loga passou pela segunda auditoria de manutenção do seu Sistema de Gestão Antissuborno ISO 37001:17, com zero não conformidades.

Agradecimentos: A Administração da Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA agradece a seus acionistas, clientes, parceiros comerciais, fornecedores e instituições financeiras pela confiança depositada. De forma especial expressa seu reconhecimento e agradecimento a seus colaboradores pelo comprometimento e contribuição na busca constante da qualidade de nossos serviços. Todas as conquistas de 2020 só foram possíveis pelo incansável trabalho dos mais de 2.400 colaboradores da Companhia.

A Administração



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Registro de valor recuperável (*impairment*) do contas a receber

Veja as notas explicativas **6.d** e **11** das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia define critérios e metodologias para a avaliação dos níveis esperados de perda por redução ao valor recuperável do saldo do contas a receber com o objetivo de determinar a estimativa do montante sujeito a não realização e, conseqüentemente, a potencial constituição de perda esperada para saldos de liquidação duvidosa.</p> <p>A determinação da perda por redução ao valor recuperável do contas a receber considera critérios e metodologias e exigem a utilização de julgamentos e premissas por parte da Companhia, que incluem análises sobre fatores, tais como histórico de perdas, a situação específica de cada cliente, as garantias legais para os débitos e a opinião dos consultores jurídicos externos, quando aplicável.</p> <p>Devido ao alto grau de julgamento envolvido para a determinação da perda por redução ao valor recuperável do contas a receber e ao impacto que eventuais alterações nas premissas usadas em sua determinação poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) Obtenção do entendimento do desenho dos controles internos chave relacionados à identificação e registro de <i>impairment</i> do contas a receber da Companhia; (ii) Avaliação dos critérios, premissas e dados utilizados pela Companhia para determinar os níveis esperados de inadimplência, examinando, em base de amostragem, os documentos, premissas, julgamentos e dados utilizados pela Companhia na determinação das perdas esperadas em contas a receber de clientes; e (iii) Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o valor recuperável de contas a receber e as divulgações correlatas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos



requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Marcos Antonio Boscolo
Contador CRC 1SP189789/O-0

LOGÍSTICA AMBIENTAL DE SÃO PAULO S.A. - LOGA
 CNPJ: 07.032.886/0001-02
 BALANÇO PATRIMONIAL
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas explicativas	2020	2019
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	10	39.414	44.253
Contas a receber	11	59.419	53.806
Ativo financeiro de concessão	33	5.824	5.824
Estoques		4.818	4.257
Impostos a recuperar	12	19.183	19.902
Outras contas a receber		2.008	1.691
Adiantamento a fornecedores		698	706
Total do ativo circulante		131.364	130.439
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo:			
Titulos e valores imobiliários		300	292
Contas a receber	11	10.489	10.489
Ativo financeiro de concessão	33	21.928	26.290
Ativo fiscal diferido	14	2.169	1.383
Outras contas a receber		14	29
Depósitos judiciais	13	15.321	14.979
		50.221	53.462
Imobilizado	15	82.278	65.758
Direito de uso - Arrendamento	16	8.967	11.270
Intangível		338	428
		91.583	77.456
Total do ativo não circulante		141.804	130.918
TOTAL DO ATIVO		273.168	261.357

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Notas explicativas	2020	2019
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	17	43.851	48.923
Empréstimos e financiamentos	18	16.107	13.297
Passivo de arrendamento	20	3.837	3.580
Debêntures	19	12.526	12.580
Salários, benefícios e encargos sociais	21	23.042	20.985
Imposto de renda e contribuição social		2.637	6.153
Impostos, taxas e contribuições	22	20.538	18.959
Dividendos a pagar		21.613	15.825
Adiantamentos de clientes		70	70
Outras contas a pagar		3.528	6.316
Total do passivo circulante		147.749	146.688
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	17	2	-
Empréstimos e financiamentos	18	35.960	17.643
Passivo de arrendamento	20	5.798	8.117
Debêntures	19	-	12.500
Provisões	23	10.147	6.694
Total do passivo não circulante		51.907	44.954
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25		
Capital social		34.257	34.257
Reservas de lucros		39.255	35.458
Total do patrimônio líquido		73.512	69.715
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		273.168	261.357

LOGÍSTICA AMBIENTAL DE SÃO PAULO S.A. - LOGA
 CNPJ: 07.032.886/0001-02
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em milhares reais)

	Notas Explicativas	2020	2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	26	528.147	507.757
Custo dos serviços prestados	27	(416.002)	(397.263)
LUCRO BRUTO		112.145	110.494
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas comerciais	28	(2.799)	(2.836)
Despesas administrativas	29	(25.148)	(21.386)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30	164	(1.905)
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS		(27.783)	(26.127)
LUCRO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		84.362	84.367
RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS			
Receitas financeiras	31	3.519	4.806
Despesas financeiras	31	(7.709)	(7.635)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		(4.190)	(2.829)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		80.172	81.538
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	14	(27.569)	(30.729)
Diferido	14	785	3.419
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		53.388	54.228

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

LOGÍSTICA AMBIENTAL DE SÃO PAULO S.A. - LOGA
CNPJ: 07.032.886/0001-02
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	53.388	54.228
Total Resultado abrangente da Companhia	<u>53.388</u>	<u>54.228</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

LOGÍSTICA AMBIENTAL DE SÃO PAULO S.A. - LOGA
 CNPJ: 07.032.886/0001-02
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Reserva de lucros		Lucros Acumulados	Patrimônio líquido
	Subscrito	A integralizar	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	60.650	(28.751)	2.358	2.154	-	36.411
Integralização de capital com reserva legal	-	2.358	(2.358)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	54.228	54.228
Reserva de lucros	-	-	-	39.094	(39.094)	-
Reserva legal	-	-	2.743	-	(2.743)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(2.154)	(13.031)	(15.185)
Outros	-	-	-	(6.379)	641	(5.738)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	60.650	(26.393)	2.743	32.715	-	69.715
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	53.388	53.388
Reserva de lucros	-	-	-	38.039	(38.039)	-
Reserva legal	-	-	2.669	-	(2.669)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(36.911)	(12.680)	(49.591)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	60.650	(26.393)	5.412	33.843	-	73.512

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

LOGÍSTICA AMBIENTAL DE SÃO PAULO S.A. - LOGA
 CNPJ: 07.032.886/0001-02
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em milhares de reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	53.388	54.228
Itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	20.194	17.795
Baixa de imobilizado e intangível	314	583
Ajuste de períodos anteriores	-	641
Encargos financeiros sobre empréstimos, debêntures e arrendamento (Reversão) / Provisão para concientização da população	6.022 (427)	3.140 (345)
Reversão de ativo financeiro	6.396	6.396
Correção de depósitos judiciais	-	(791)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1	-
Reconhecimento de crédito de PIS e de COFINS	-	(13.515)
Provisão para contingências	5.707	2.163
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	26.784	27.310
Aumento / Redução nos ativos operacionais:		
Títulos e valores mobiliários	(8)	(292)
Contas a receber	(5.358)	44.221
Partes relacionadas	(256)	-
Impostos a recuperar	719	(2.265)
Estoques	(561)	(1.155)
Outros contas a receber	(302)	(557)
Depósitos judiciais	(113)	46
Adiantamento a fornecedores	8	(8)
Ativo financeiro de concessão	(2.034)	-
Aumento / Redução nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(3.186)	5.524
Partes relacionadas	(1.884)	-
Salários, benefícios e encargos sociais	2.057	1.248
Impostos, taxas e contribuições	1.579	1.704
Pagamento de contingências	(2.056)	(1.075)
Outras contas a pagar	(2.788)	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais	104.196	144.996
Impostos pagos sobre o lucro	(31.086)	(24.577)
Arrendamento mercantil - juros pagos	(901)	(950)
Debêntures - juros pagos	(1.205)	(2.352)
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	(3.911)	(2.992)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	67.093	114.125
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de imobilizado	(33.632)	(15.165)
Adição de intangível	-	(83)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(33.632)	(15.248)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Debêntures - pagamento principal	(12.500)	(9.375)
Arrendamento mercantil - pagamento principal	(3.065)	(2.606)
Empréstimos e financiamentos - captação	35.110	22.114
Empréstimos e financiamentos - pagamento principal	(14.042)	(25.760)
Dividendos pagos	(43.803)	(42.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(38.300)	(57.627)
AUMENTO / REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(4.839)	41.250
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	44.253	3.003
Caixas e equivalentes de caixa no fim do exercício	39.414	44.253
Variação líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(4.839)	41.250

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1

Contexto operacional

A Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga (“Companhia” ou “Loga”), situada à Avenida Marechal Mario Guedes, 221- Jaguaré - Município de São Paulo - SP, é concessionária pública dos serviços divisíveis de limpeza urbana do setor denominado noroeste na cidade de São Paulo, em conformidade com o contrato nº 027/SSO/2004, firmado em 6 de outubro de 2004, com duração de 20 anos prorrogáveis por até 20 anos adicionais à critério do Poder Concedente, o qual foi iniciado em 13 de outubro de 2004.

A Loga é uma sociedade anônima de capital fechado, tendo como acionistas a Vega Valorização de Resíduos S.A. (“VVR”), detentora de 62,347% das ações, a Latte Coleta Holding S.A., detentora de 34% das ações, e a Latte Saneamento de Participações S.A., detentora de 3,653% das ações.

A VVR é acionista da Companhia desde 3 de outubro de 2011, quando a sua então controladora, Vega Engenharia Ambiental S.A., realizou uma cisão parcial de seu acervo líquido viabilizando a transferência da totalidade do investimento por ela detido na Loga, bem como de determinados passivos e ativos, para a VVR, Companhia constituída pelo Grupo Solvi com objetivo específico de participar do capital de outras Companhias. Conforme requerido pelo contrato de concessão, a transferência do controle da Companhia foi devidamente autorizada pela Secretaria Municipal de Serviços da Prefeitura do Município de São Paulo - SP (Poder Concedente), conforme ofício datado de 11 de julho de 2011.

O Grupo LATTE é acionista da companhia desde 12 de dezembro de 2018 quando se concretizou a transferência das ações da ESTRE AMBIENTAL S/A à LATTE SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S/A, bem como, em 18 de janeiro de 2019 houve a alteração da denominação da companhia ESTRE COLETA HOLDING S/A para LATTE COLETA HOLDING S/A. Conforme requerido pelo Contrato de Concessão, a alteração foi devidamente autorizada pela Secretaria Municipal de Serviços da Prefeitura Municipal de São Paulo – SP (Poder Concedente).

Reequilíbrio quinquenal

A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão é dever da Administração Pública, antes mesmo de ser direito do contratado. Justifica-se, como princípio, pelo fato de revelar-se vantajosa para a Administração Pública, no reconhecimento de que contratos bem equilibrados tendem a atingir melhor a finalidade a que se destinam. Além de favorecer ao princípio da modicidade tarifária, uma vez que a garantia de equilíbrio propicia tarifas livres de majorações por riscos não contingenciados.

De acordo com o contrato de concessão, a AMLURB (Autoridade Municipal de Limpeza Urbana) procederá a uma revisão ordinária das tarifas praticadas e de sua fidelidade à equação econômico-financeira inicial do contrato a cada 5 (cinco) anos da concessão, durante a qual a concessionária e a AMLURB poderão evocar todos os eventos que considerar determinantes de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Em 26 de dezembro de 2012, foi concluído o primeiro reequilíbrio ordinário quinquenal referente ao período de 2004 a 2009. Entretanto, vale ressaltar que o contrato foi apenas parcialmente reequilibrado, pois conforme descrito no próprio Termo de Compromisso Ambiental (“TCA”) assinado, o Poder Concedente reconheceu alguns eventos ocorridos entre os anos de 2010 a 2012 como fatores de desequilíbrio da relação contratual, porém, não aplicou o devido ajuste tarifário. Além disso, ficou pendente de avaliação o item de atualização do fator de redução de custos operacionais, instituído de forma provisória em 2007 e com impacto em todos os anos da Concessão. Ele foi calculado com base nos custos ocorridos no 1º ano do contrato, não refletindo, portanto, a realidade dos anos posteriores. Estes pontos serão tratados no próximo reequilíbrio ordinário, já evocado em outubro de 2014 e com trabalho de análise pela AMLURB ainda em curso e sem definição de prazo para conclusão. Por fim, no Termo de Compromisso Ambiental assinado em 2012, também foi reconhecido que por advir de decisões de competência de diferentes Secretarias Municipais, a dívida da Municipalidade para com a Companhia em

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

razão de terceirização imprevista de aterro, por ela procedida no aguardo da disponibilização da área a ser desapropriada pelo Poder Concedente para implantação e operação do novo aterro sanitário municipal, deverá ser apurada apartada do documento assinado, por Comissão instituída pelo Poder Concedente. Neste momento, serão observados: deslizamento do investimento e operação do novo aterro sanitário, incluindo o deslizamento do investimento da estação de tratamento de efluentes do novo aterro sanitário e a terceirização de aterro a partir do 7º ano (2011) da Concessão até não mais o final do 11º ano (2015) conforme consta no TCA 2012, mas em período ainda a ser avaliado pelo Poder Concedente, visto que já está em curso o 15º ano (2018/2019) de contrato e até o momento não houve definição quanto à disponibilização do terreno para a implantação. É relevante ressaltar que esta Comissão foi criada em 2014 com prazo para conclusão dos trabalhos em 25 de outubro do mesmo ano, não havendo qualquer pronunciamento ou deliberação sobre o tema. O assunto está sendo discutido no âmbito do processo de reequilíbrio contratual em curso.

Neste contexto, como as obrigações contratuais ainda serão tratadas e redefinidas, não foi efetuada neste exercício uma provisão para investimentos futuros.

Atualmente, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo. Um fator para esse cenário se deve aos dividendos propostos, que somente serão liquidados desde que não haja comprometimento da liquidez da Companhia. Adicionalmente, as obrigações relevantes da operação, em especial o custo com tratamento e destinação de resíduos, possuem prazos de pagamento atrelados aos recebimentos da Prefeitura do Município de São Paulo. A Companhia não identificou a necessidade de buscar o reperfilamento de suas dívidas, uma vez que os fluxos de caixa futuro demonstram capacidade de liquidação de suas obrigações.

1.1 Efeitos do COVID-19

Na data de emissão destas Demonstrações Financeiras, a Companhia avaliou os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, e concluiu que nesse momento, não existem riscos substanciais que possam afetar o curso normal de suas operações.

1.2 Informações relevantes

A Companhia é titular do Contrato de Concessão nº 027/SSO/2004, firmado em 06/10/2004 com a Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB), cujo objeto é a concessão dos serviços divisíveis de limpeza urbana, prestados na área geográfica descrita como “Agrupamento Noroeste”.

Após o transcurso do primeiro quinquênio do contrato, visando dar cumprimento à cláusula 15 que estabelece a necessidade de “revisão ordinária das tarifas praticadas e de sua fidelidade à equação econômico-financeira inicial do Contrato a cada 5 (cinco) anos da concessão”, foi contratado pela AMLURB um estudo independente para apuração do valor do desequilíbrio existente. Em 26/12/2012, foi celebrado entre as partes o Termo de Compromisso Ambiental (TCA) 2012, que readequou a tarifa e marcos contratuais e, adicionalmente, em função de eventos ocorridos entre os anos de 2010 e 2012, 6º e 7º ano da concessão, também estabeleceu um reajuste extraordinário adicional de 3% a ser aplicado a partir de 13/10/2010.

Paralelamente, desde o mesmo ano de 2012, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM-SP) deu início a uma série de processos de auditoria voltados ao acompanhamento da execução do contrato de concessão e, em 13/05/2016, em decisão monocrática e liminar, determinou à AMLURB que se abstivesse de fazer a aplicação do reajuste acordado para outubro/2010.

Finalmente, em 02.09.2020, o TCM de São Paulo, tendo em vista a análise procedida nos estudos realizados, o resultado de reuniões de mesas técnicas, e da contratação de consultores independentes,

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

bem como das informações e esclarecimentos prestados pela AMLURB, houve por bem REVOGAR a citada medida liminar, com o que se consumou o direito incondicional da concessionária ao recebimento do crédito originário de referido desequilíbrio.

Entretanto, tendo em vista que, até o momento, não há indicação da AMLURB sobre o prazo e a forma como tal direito, retroativo a outubro/2010, será recebido pela LOGA, não foi possível reconhecer e mensurar seus efeitos nestas Demonstrações Financeiras.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2021.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa 33 – Ativo financeiro – Gastos elegíveis à capitalização do ativo financeiro relacionado às obrigações de investimentos previstas no contrato de concessão.

Nota explicativa 15 – Imobilizado – estimativa da vida útil dos bens para mensurar a depreciação

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 14 – Ativo fiscal diferido: reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra as diferenças temporárias;

Nota explicativa 15 – Imobilizado: teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;

Nota explicativa 23 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3 – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a Companhia analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas subsequentes:

- (a) Instrumentos financeiros
- (b) Receita de contrato com cliente
- (c) Receitas financeiras e despesas financeiras
- (d) Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)
- (e) Imobilizado
- (f) Contratos de concessão
- (g) Provisões
- (h) Benefícios a empregados
- (i) Imposto de renda e contribuição social

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (j) Distribuição de dividendos
- (k) Arrendamento

a. Instrumentos financeiros

ii. Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

iii. Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

iv. Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

v. *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

vi. *Capital social*

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

b. *Receita de contrato com cliente*

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A abaixo são demonstradas as informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Receita de serviços prestados - Resíduos

- ***Coleta e destinação de resíduos***

As receitas provenientes da prestação dos serviços de coleta e destinação são decorrentes de: coletas de resíduos sólidos domiciliares, Coleta de Resíduos de Saúde e Coleta Hospitalar, e a sua devida destinação final em aterro. Tais serviços compõem o um pacote único de itens não separáveis, ou seja, estes serviços não são prestados separadamente a outros clientes, e desta forma compõem uma única obrigação de desempenho “Coleta, destinação e Tratamento de Resíduos”. Conforme os contratos de prestação dos serviços de coleta e destinação, a obrigação de desempenho é cumprida, e a receita é reconhecida por tarifa fixa independente do quantitativo de resíduos coletados e destinados.

c. *Receitas financeiras e despesas financeiras*

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos e receita de juros sobre ativos financeiros.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos, dêbentures e descontos concedidos.

A receita de juros e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

d. *Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)*

i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Com relação a clientes, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"). O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, menos a depreciação acumulada e provisão de perda pelo valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, ou de forma sistemática ao longo do contrato de concessão, dos dois o menor. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas estão apresentadas na nota explicativa nº15.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(iv) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos são capitalizados quando são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, ao qual juros e outros encargos são contabilizados como custo do ativo em consonância com o CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos.

A Companhia deve cessar a capitalização quando substancialmente todas as atividades necessárias ao preparo do ativo estiverem concluídas.

f. Contratos de concessão

(i) Características do contrato de concessão

Os bens vinculados à concessão serão reversíveis ao poder Concedente no encerramento do contrato de concessão.

Quando o Poder Concedente tiver uma obrigação de pagamento para somente parte do investimento, é reconhecido o valor de ativo financeiro pela quantia garantida pelo Concedente e o excesso que não é garantido pelo Concedente é reconhecido como ativo intangível (“modelo bifurcado”).

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor amortizável dos bens vinculados à concessão é apropriado de forma sistemática ao longo do contrato de concessão ou de sua vida útil estimada, dos dois o menor.

O enquadramento dos bens vinculados a concessão requer inicialmente uma análise das características comuns aos contratos de concessão:

- contratos de concessão envolvem a prestação de serviços públicos e a administração de infraestrutura relacionada ao serviço, que é concedida ao concessionário;
- a parte que concede o contrato de prestação de serviço (concedente) é um órgão público ou uma entidade pública, ou entidade privada para qual foi delegado o serviço;
- o concessionário é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, não atuando apenas como mero agente em nome do concedente;
- o contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo concessionário, regulamentando suas revisões durante toda sua vigência;
- o concessionário fica obrigado a entregar a infraestrutura ao Poder concedente em determinadas condições especificadas no final do contrato, por pequeno ou nenhum valor adicional, independentemente de quem tenha sido o seu financiador.

A infraestrutura usada pela Companhia sujeita ao contrato de concessão é controlada pelo Poder Concedente, conforme previsto no IFRIC 12 (ICPC 01 (R1)), quando:

- O concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o preço; e
- O concedente controla - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final da vigência do contrato de concessão.

O concessionário possui o direito de receber remuneração sobre a construção da infraestrutura do contrato de concessão, sendo:

- Um ativo financeiro quando tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. Neste caso, o Poder Concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei; e
- Um ativo intangível quando recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisão para contingências

Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos, registradas no passivo não circulante.

h. Benefícios a empregados

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Previdência privada

Aos empregados que aderiram ao plano, a Companhia provê um plano de previdência privada. Trata-se de um plano multipatrocinado, na modalidade de contribuição definida, que conta também com contribuições dos beneficiários.

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando incorridas.

(ii) Participação nos lucros

A Companhia reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores (que também são empregados) com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração.

(iii) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto corrente ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

j. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima da distribuição mínima obrigatória somente é provisionado na data que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral conforme informado na nota explicativa nº 25c.

k. Arrendamento

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado.

7 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Os principais riscos da administração são monitorados nas diversas instâncias da Governança da Companhia.

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos em 2020 e 2019.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

a. Risco de mercado**Risco de câmbio**

As operações efetuadas pela Companhia são realizadas no mercado interno e não são afetadas pela variação cambial.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de empréstimos e financiamentos e debêntures. As captações são efetivadas majoritariamente com taxas de juros baseadas em cestas de índices pós fixados e spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço.

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa de juros - média efetiva em 31/12/2020	Cenários				
			I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Empréstimos e financiamentos	52.067	8,19%	52.067	52.065	52.148	51.900	51.817
Debêntures	12.526	7,53%	12.526	12.526	12.526	12.526	12.526
Efeito no resultado				(2)	81	(167)	(250)

Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa de juros - média efetiva em 31/12/2019	Cenários				
			I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Empréstimos e financiamentos	30.940	8,19%	30.940	30.974	31.008	30.906	30.872
Debêntures	25.080	7,53%	25.080	25.100	25.120	25.060	25.040
Efeito no resultado				54	108	(54)	(108)

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Este risco surge da possibilidade que a Companhia pode sofrer perdas devido a flutuações nos índices (TJLP, SELIC, CDI), aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e debêntures.

A Companhia monitora os índices de mercado continuamente para avaliar os impactos potenciais nas despesas financeiras e a possível necessidade de substituir sua dívida.

Risco de preços

Os valores das tarifas dos serviços prestados são reajustados de acordo com índices definidos no Contrato de Concessão, considerando a variação na estrutura de custos e de mercado da Companhia, nas características dos sistemas e serviços concedidos e em eventuais estímulos à eficiência e à modicidade das tarifas. As tarifas de acordo com o contrato de concessão devem garantir o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia.

Risco de contrato de concessão

O risco de contrato de concessão está atrelado diretamente ao não cumprimento das obrigações definidas em cláusulas contratuais, bem como os direitos serem garantidos pelo Poder Concedente.

b. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Nota explicativa	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	10	39.414	44.253
Ativo financeiro	33.a	27.752	38.493
Contas a receber de clientes	11	69.908	64.295
Outras contas a receber		2.022	1.720
		<u>139.096</u>	<u>148.761</u>

Para mitigar o risco de possibilidade de a Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia adota como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

c. Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras, financiamento doméstico e debêntures. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, que compreendem o período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2020	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos (a)	14.508	15.530	29.993	60.031	52.067
Debêntures (a)	9.401	3.125	-	12.526	12.526
Dividendos a pagar	21.598	-	-	21.598	21.613
Fornecedores e outras contas a pagar	47.379	2	-	47.381	47.381
Passivo de arrendamento	3.837	5.798	-	9.635	9.635
	<u>96.723</u>	<u>24.455</u>	<u>29.993</u>	<u>151.171</u>	<u>143.222</u>

Em 31 de dezembro de 2019	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos (a)	15.069	8.531	11.186	34.786	30.940
Debêntures (a)	13.976	13.061	-	27.037	25.080
Dividendos a pagar	15.825	-	-	15.825	15.825
Fornecedores e outras contas a pagar	55.239	-	-	55.239	55.239
Passivo de arrendamento	11.697	-	-	11.697	11.697
	<u>111.806</u>	<u>21.592</u>	<u>11.186</u>	<u>144.584</u>	<u>138.781</u>

(a) Difere do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso.

Adicionalmente, conforme estabelecido em contrato de debêntures existente, a Companhia compromete-se com *covenants* financeiros estabelecidos com o intuito de garantir o controle do endividamento da Companhia em função do caixa operacional gerado e a capacidade da Companhia em honrar o pagamento de suas dívidas. Os *covenants* e suas metas foram estabelecidos pelos próprios agentes financiadores dentro de condições normais de mercado, conforme nota explicativa nº19.

A Companhia monitora continuamente a evolução e a projeção dos *covenants* estabelecidos para avaliar a necessidade de revisões de orçamento e estabelecimento de planos de contenção de custos e despesas.

Estimativa de valor justo

Conforme o CPC 40 (R1), "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração.

A Administração entende que os valores justos são, substancialmente, similares aos valores contábeis registrados.

Gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir os custos.

Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos, emitir novas ações ou reduzir capital.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A Companhia adota o índice de alavancagem financeira para monitorar e analisar a performance do seu capital. Esse índice é obtido mediante a divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. Considera-se como dívida líquida, para fins desta análise, o saldo total de passivos circulante e não circulante, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa.

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 e 2019 pode ser apresentado conforme demonstrado abaixo:

	2020	2019
Total do passivo circulante e não circulante	199.656	191.642
(-) caixa e equivalentes de caixa	(39.414)	(44.253)
Dívida líquida	160.242	147.389
Patrimônio líquido	73.512	76.094
Índice de alavancagem	2,18	1,94

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estão demonstrados a seguir:

	Hierarquia do valor justo	Categoria	2020		2019	
			Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	Custo amortizado	39.414	39.414	44.253	44.253
Contas a receber de clientes	Nível 2	Custo amortizado	69.908	69.908	64.295	64.295
Ativo financeiro	Nível 2	Custo amortizado	27.752	27.752	38.493	38.493
Outras contas a receber	Nível 2	Custo amortizado	2.022	2.022	1.720	1.720
Total			139.096	139.096	148.761	148.761
Passivos financeiros:						
Fornecedores e outras contas a pagar	Nível 2	Custo amortizado	47.381	47.381	55.239	55.239
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Custo amortizado	52.067	52.067	30.940	30.940
Dividendos a pagar	Nível 2	Custo amortizado	21.613	21.613	15.825	15.825
Debêntures	Nível 2	Custo amortizado	12.526	12.526	25.080	25.804
Passivo de arrendamento	Nível 2	Custo amortizado	9.635	9.635	11.697	11.697
Total			143.222	143.222	138.781	139.505

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.

O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Hierarquia de valor justo

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O método de avaliação adotado pela Companhia na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros foi o nível 2.

8 Aspectos ambientais

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Companhia não mantém nenhuma provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, com base na legislação ambiental em vigor no Brasil.

9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As referidas normas não tem efeito nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Contratos onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)
- Reforma da taxa de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia para o exercício de 2021:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06);
- Imobilizado: receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26);

10 Caixa e equivalentes de caixa

São compostos com segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa	13	13
Bancos	396	1.363
Aplicações financeiras	39.005	42.877
	<u>39.414</u>	<u>44.253</u>

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a certificados de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação média de 56,6% em 2020 (98% em 2019) do CDI, não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e liquidez são divulgadas na nota explicativa nº7.

11 Contas a receber

As contas a receber são compostos como seguem:

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2020	2019
Prefeitura Municipal de São Paulo:			
Valores faturados		13.432	11.742
Medição dos serviços prestados		56.093	52.519
		69.525	64.261
Clientes privados:			
Valores faturados - venda de sucata		99	6
		99	6
Partes relacionadas	24b	284	28
Total		69.908	64.295
Circulante		59.419	53.806
Não circulante		10.489	10.489
Total		69.908	64.295

A exposição ao risco de crédito da Companhia está limitado ao valor das contas a receber mencionadas acima.

O *aging list* das contas a receber é composto como segue:

	2020	2019
Valores a vencer	54.994	32
<i>Vencidos:</i>		
Até 30 dias	252	53.774
Entre 31 e 60 dias	47	-
Entre 91 e 180 dias	4.127	-
Acima de 360 dias (a)	10.488	10.489
	69.908	64.295

- (a) O saldo acima de 360 dias refere-se a serviços extracontratuais realizados à Prefeitura de São Paulo, que ocorreram nos períodos de 2007, 2009 e 2013, a Companhia não constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa para esses títulos devido ao estágio de negociação junto a contraparte. O valor originou-se do atendimento da solicitação feita pelo poder concedente em outubro de 2004 para a realização da coleta de indivisíveis (resíduos de varrição de vias públicas), quando o objeto do contrato de concessão firmado abrangia os serviços divisíveis. Conforme as cláusulas 11.8, 11.9 e 11.10 a Concessionária deveria ser remunerada pela prestação de tal serviço, o que não ocorreu de forma integral, resultando no processo administrativo aberto pela LOGA no ano de 2013 e que segue em andamento.

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12 Imposto a recuperar

São compostos com segue:

	2020	2019
IRPJ	398	398
Cofins	11.903	12.706
Pis	5.365	5.413
INSS	1.510	1.385
Outros	7	-
	19.183	19.902

13 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são compostos como seguem:

	2020	2019
Penhora de crédito	7	-
Depósito recursal	527	558
Depósito em garantia	9.631	9.941
Correção monetária de depósitos judiciais	10.250	9.812
Compensação de depósitos com provisões contingenciais correlatas	(5.094)	(5.332)
	15.321	14.979

14 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possuía registrados ativos e passivos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos relacionados com diferenças temporárias representadas por provisões não dedutíveis e lucros não realizados oriundos de valores a receber da municipalidade, conforme permitido pela Legislação do Imposto de Renda. A composição desses diferidos é como segue:

	2020	2019
Diferenças temporárias:		
Lucros não realizados sobre contas a receber de clientes públicos	(12.953)	(11.372)
Provisões contingências	15.126	11.472
Provisão para perda de estoque	42	42
Provisão conscientização da população	116	543
Provisão para participação nos resultados	2.594	1.997
Outros	1.453	1.385
Total	6.378	4.067
Alíquotas - 34%	34	34
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	2.169	1.383
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	6.573	5.250
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(4.404)	(3.867)

Reconciliação da taxa efetiva

A reconciliação da provisão para Imposto de Renda e contribuição social, tendo como base as alíquotas vigentes e o débito efetivo reconhecido no resultado, é como segue:

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Lucro antes dos impostos	80.172	81.538
Alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34
Despesa esperada com imposto de renda e contribuição social	<u>(27.258)</u>	<u>(27.723)</u>
Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Brindes / multas indedutíveis	(2)	(37)
Provisão para gratificação, bônus e doações	(552)	(702)
Outras diferenças temporárias	1.028	1.152
Provisão para imposto de renda e contribuição social	<u>(26.784)</u>	<u>(27.310)</u>
Corrente	(27.569)	(30.729)
Diferido	785	3.419
Alíquota efetiva	33,41%	33,49%

15**Imobilizado**

O saldo é composto como segue:

	Taxa média anual - %	2020			2019
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	-	24.266	-	24.266	24.266
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	3.482	-	3.482	3.568
Máquinas e equipamentos	10%	13.949	(7.145)	6.804	7.664
Veículos	20%	90.183	(44.897)	45.286	28.086
Móveis, utensílios e outros	10%	1.226	(598)	628	665
Equipamentos de informática	20%	4.151	(2.654)	1.497	1.451
Imobilizado em andamento	-	315	-	315	58
		<u>137.572</u>	<u>(55.294)</u>	<u>82.278</u>	<u>65.758</u>

As mutações do imobilizado de 2020 e 2019 estão demonstradas conforme a seguir:

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custo do Imobilizado	Saldo 2019	Adição	Baixa	Transferência	Outros	Saldo 2020
Terrenos	24.266	-	-	-	-	24.266
Edificações e construção civil	-	4	-	(4)	-	-
Benfeitorias em bens de terceiros	3.568	-	(86)	-	-	3.482
Máquinas e equipamentos	13.538	1.458	(1.047)	-	-	13.949
Veículos	85.458	31.332	(26.607)	-	-	90.183
Móveis, utensílios e outros	1.372	73	(219)	-	-	1.226
Equipamentos de informática	3.880	512	(241)	-	-	4.151
Imobilizado em andamento	58	253	-	4	-	315
	132.140	33.632	(28.200)	-	-	137.572

Depreciação	Saldo 2019	Adição	Baixa	Transferência	Outros	Saldo 2020
Máquinas e equipamentos	(5.874)	(2.016)	745	-	-	(7.145)
Veículos	(57.372)	(14.218)	26.693	-	-	(44.897)
Móveis, utensílios e outros	(707)	(103)	212	-	-	(598)
Equipamentos de informática	(2.429)	(461)	236	-	-	(2.654)
	(66.382)	(16.798)	27.886	-	-	(55.294)
	65.758	16.834	(314)	-	-	82.278

Custo do Imobilizado	Saldo 2018	Adição	Baixa	Transferência	Outros	Saldo 2019
Terrenos	24.266	-	-	-	-	24.266
Benfeitorias em bens de terceiros	2.633	261	(358)	1.032	-	3.568
Máquinas e equipamentos	8.530	2.008	(400)	3.400	-	13.538
Veículos	76.252	11.511	(2.305)	-	-	85.458
Móveis, utensílios e outros	1.057	315	-	-	-	1.372
Equipamentos de informática	3.392	603	(115)	-	-	3.880
Imobilizado em andamento	4.618	467	(90)	(4.937)	-	58
	120.748	15.165	(3.268)	(505)	-	132.140

Depreciação	Saldo 2018	Adição	Baixa	Transferência	Outros	Saldo 2019
Máquinas e equipamentos	(4.253)	(2.724)	289	-	814	(5.874)
Veículos	(47.279)	(12.850)	2.306	-	451	(57.372)
Móveis, utensílios e outros	(626)	(81)	-	-	-	(707)
Equipamentos de informática	(2.109)	(410)	90	-	-	(2.429)
	(54.267)	(16.065)	2.685	-	1.265	(66.382)
	66.481	(900)	(583)	(505)	1.265	65.758

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de *Impairment*)

Em 2020 e 2019, a Administração avaliou com base em fontes de informações externas e internas e não identificou qualquer indicação de que seus ativos estariam registrados por valor superior ao seu valor recuperável.

16

Direito de uso – arrendamento

O saldo é composto como segue:

Ativo subjacente	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Adição	Depreciação	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Edificação	6.800	711	(1.824)	5.687
Veículos e equipamentos	4.470	292	(1.482)	3.280
	11.270	1.003	(3.306)	8.967

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo subjacente	Adoção inicial 01 de janeiro de 2019	Adição	Depreciação	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Edificação	8.499	-	(1.699)	6.800
Veículos e equipamentos	5.099	618	(1.247)	4.470
	13.598	618	(2.946)	11.270

17 Fornecedores

O saldo é composto como segue:

	Nota explicativa	2020	2019
Fornecedores		20.785	23.971
Partes relacionadas	24b	23.068	24.952
		43.853	48.923
Circulante		43.851	48.923
Não circulante		2	-

18 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado.

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como seguem:

Modalidade	Encargos financeiros - %	Vencimento	2020	2019
Finame	Pré-fixado de 9,40% a.a. a 12% a.a.	Jan/2020	-	19
BNDES	Pré-fixado de 3,50% a.a. a 8,40% a.a.	Jan/2020 a Dez/2023	4.965	7.891
Capital de giro	CDI + 2,81% a.a.	Jan/2020 a Jul/2023	5.870	15.391
Crédito direto ao consumidor	Pré-fixado de 9,51% a.a.	Jan/2020 a Nov/2024	41.232	7.639
			52.067	30.940
Circulante			16.107	13.297
Não circulante			35.960	17.643

Os montantes em longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Vencimento	2020	2019
2021	-	6.744
2022	12.919	4.363
2023	13.301	4.162
2024	7.342	2.331
2025	2.398	43
	35.960	17.643

Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, na modalidade FINAME, estão garantidos por veículos no valor contábil de R\$19 em 2020.

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, na modalidade BNDES (também CEF – FINISA), estão garantidos por fiança bancária no valor de R\$8.816 em 2020 (R\$7.891 em 2019). Os empréstimos e financiamentos da Companhia não possuem cláusulas restritivas de contrato (covenants).

Conciliação da movimentação dos empréstimos e financiamentos

Modalidade	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Captação	Juros	Pgto Juros	Pagamento Principal	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Finame/Finep	19	-	5	-	(24)	-
BNDES	7.891	-	691	(386)	(3.231)	4.965
Capital de giro	15.391	-	132	(575)	(9.078)	5.870
Crédito direto ao consumidor	7.639	35.110	3.142	(2.950)	(1.709)	41.232
	<u>30.940</u>	<u>35.110</u>	<u>3.970</u>	<u>(3.911)</u>	<u>(14.042)</u>	<u>52.067</u>

Modalidade	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Captação	Juros	Pgto Juros	Pagamento Principal	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Finame/Finep	3.405	16	94	(199)	(3.297)	19
BNDES	11.789	-	614	(600)	(3.912)	7.891
Capital de giro	-	15.353	38	-	-	15.391
Crédito direto ao consumidor	19.451	6.745	2.187	(2.193)	(18.551)	7.639
	<u>34.645</u>	<u>22.114</u>	<u>2.933</u>	<u>(2.992)</u>	<u>(25.760)</u>	<u>30.940</u>

19 Debêntures

	2019	Juros	Pagamento de juros	Pagamento do principal	2020
Debêntures	<u>25.080</u>	<u>1.151</u>	<u>(1.205)</u>	<u>(12.500)</u>	<u>12.526</u>
Circulante					12.526

Em 15 de maio de 2015, a Companhia emitiu em série única 50 debêntures simples nominativas, no valor unitário de R\$1.000, totalizando uma captação de R\$50.000. Tais debêntures são de espécie quirográfaria, não conversíveis em ações, com garantia adicional real fidejussória, sem emissão de cautelas ou certificados.

As debêntures foram colocadas com esforços restritos pela Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, coordenador líder da emissão.

As debêntures serão remuneradas a taxa de 100% das taxas médias diárias dos depósitos Interfinanceiros – DI, divulgado pela CETIP, acrescidas de uma sobretaxa equivalente de 3% ao ano.

A amortização será trimestral a partir de 15 de maio de 2017 do valor nominal unitário e consecutivas. O vencimento final da operação ocorrerá em 15 de dezembro de 2021.

Garantias e cláusulas restritivas (covenants)

As Debêntures são garantidas por fiança da Solvi Participações S.A. em 62,347% e Estre Ambientam S.A. em 37,653%. Cada uma fiadoras é responsável proporcionalmente ao montante da obrigação.

O instrumento de emissão de debêntures estabelece cláusulas restritivas (covenants) que podem caracterizar evento de inadimplemento e, portanto, o vencimento antecipado das debêntures. Exige-se a

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

observação do cumprimento do índice: IAC - Índice de Alavancagem Consolidada, que é apresentado através do cálculo de empréstimos e financiamento menos disponibilidade dividido pelo EBITDA, e o resultado deve ser inferior a 2,85. As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

20

Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento é representada como segue:

	Taxa de desconto	Vencimento	2020	2019
Arrendamento mercantil	8,48% a.a.	Set/2020 a Jun/2024	9.635	11.697
			<u>9.635</u>	<u>11.697</u>
Circulante			3.837	3.580
Não circulante			5.798	8.117

Movimentação do passivo de arrendamento:

	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Captação	Juros	Pagamentos	Apropriação de juros	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Arrendamento mercantil	11.697	1.003	901	(3.065)	(901)	9.635
	Adoção inicial 01 de janeiro de 2019	Captação	Juros	Pagamentos	Apropriação de juros	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Arrendamento mercantil	13.598	618	-	(3.556)	1.037	11.697

21

Salários, benefícios e encargos sociais

São compostos como segue:

	2020	2019
Salários	4.543	4.839
Encargos trabalhistas	3.954	3.357
Férias	11.950	10.782
Participação nos resultados	2.595	2.007
	<u>23.042</u>	<u>20.985</u>

Benefício de previdência privada

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os custos incorridos com a manutenção do plano somaram R\$288 (R\$237 em 2019), os quais foram reconhecidos diretamente no resultado.

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22 Impostos, taxas e contribuições

São compostos como seguem:

	2020	2019
ISS sobre serviço	2.737	3.092
Pis sobre serviço	2.996	2.623
Cofins sobre serviço	14.144	12.105
Pis/Cofins/CSLL retidos	48	62
IR fonte	362	393
Outros	251	684
	20.538	18.959

23 Provisões

São compostas como seguem:

	2020	2019
Contingências	10.031	6.151
Obrigações contratuais	116	543
	10.147	6.694

a. Contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 2020, a provisão perfaz o montante de R\$ 10.031 (R\$ 6.151 em 2019), o qual, conforme a Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Os processos judiciais da Companhia em 31 de dezembro de 2020, passíveis de provisão, são como seguem:

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Cível</u>	<u>Trabalhista</u>	<u>Total</u>
Saldo 31/12/2018	1.487	3.386	4.873
Compensação de depósitos judiciais - 2018	4.793	719	5.512
Adições	215	2.376	2.591
Reversões	(46)	(382)	(428)
Pagamentos	(59)	(1.016)	(1.075)
Total sem compensação judicial	6.390	5.083	11.473
Depósitos judiciais	(4.837)	(485)	(5.322)
Saldo 31/12/2019	1.553	4.598	6.151
Compensação de depósitos judiciais - 2019	4.837	485	5.322
Adições	154	5.813	5.967
Reversões	(14)	(246)	(260)
Pagamentos	(224)	(1.832)	(2.056)
Total sem compensação judicial	6.306	8.818	15.124
Depósitos judiciais	(4.840)	(253)	(5.093)
Saldo 31/12/2020	1.466	8.565	10.031

A Companhia possui outras ações judiciais em andamento, compostas por reclamações trabalhistas e cíveis, cujo parecer do assessor jurídico externo da Companhia classificou a probabilidade de perda como possível, no montante de R\$21.961 (R\$22.062 em 2019).

24 Partes relacionadas

a. Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia creditou a seus administradores, salários, benefícios e remuneração variável no montante de R\$5.449 (R\$4.907 em 2019).

b. Outras transações com partes relacionadas

Os saldos a receber e a pagar e as transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 são demonstrados como seguem:

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (Despesas)	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Serviços prestados e outros:						
Solvi Participações S.A.	-	28	336	413	(4.040)	-
Guamá Tratamento de Resíduos Ltda	-	-	-	-	-	-
Essencis Soluções Ambientais S.A.	248	-	22.532	24.461	(134.314)	(132.826)
Koleta Ambiental S.A.	36	-	95	78	(595)	(672)
Revita Engenharia S.A.	-	-	105	-	-	-
GLA - Gestão e Logística Ambiental S.A.	-	-	-	-	-	(18.308)
Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A.	-	-	-	-	-	76
	<u>284</u>	<u>28</u>	<u>23.068</u>	<u>24.952</u>	<u>(138.949)</u>	<u>(151.730)</u>
Reembolsos administrativos e outros:						
Solvi Participações S.A.	-	-	-	-	-	(4.617)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.617)</u>
Circulante	284	28	23.068	24.952		
Total	<u>284</u>	<u>28</u>	<u>23.068</u>	<u>24.952</u>	<u>(138.949)</u>	<u>(156.347)</u>

As contas a pagar para a Essencis Soluções Ambientais S.A. (controlada direta da Solvi Participações S.A.) referem-se aos serviços operacionais referentes à disposição dos resíduos coletados pela Companhia no aterro de Caieiras, pertencente à parte relacionada.

As transações entre partes relacionadas incluem prestação de serviços pertinentes à atividade operacional das entidades, cujos preços e condições comerciais são estabelecidos entre as partes.

25 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia, é de R\$34.257 (R\$34.257 em 2019), está totalmente subscrito e integralizado, dividido em 34.257 ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R\$1,00 cada uma.

b. Reserva de lucros

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e Lei nº 11.638/07.

c. Dividendos

O estatuto da Companhia estabelece a distribuição de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido do exercício, ressalvadas as hipóteses previstas em lei, efetuada “*ad referendum*” da Assembleia Geral. Em 2020, foi aprovado em assembleia à título de dividendos o montante de R\$49.475 (R\$15.185 em 2019), conforme quadro abaixo:

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Lucro do exercício	<u>53.388</u>	<u>54.228</u>
Ajuste de períodos anteriores	-	641
Lucro do exercício ajustado	<u>53.388</u>	<u>54.869</u>
Reserva legal - 5%	2.669	2.743
Base para distribuição mínima	<u>50.719</u>	<u>52.126</u>
% dividendos mínimos obrigatórios	25%	25%
Dividendos mínimos propostos	<u>12.680</u>	<u>13.031</u>
Dividendos adicionais propostos - 2020	36.911	-
Dividendos adicionais propostos - 2019	-	2.154
Total	<u>49.591</u>	<u>15.185</u>

26**Receitas operacional líquida**

São compostas como seguem:

	2020	2019
Clientes públicos	<u>623.291</u>	<u>599.143</u>
Clientes privados	76	153
Total receita de serviço (a)	<u>623.367</u>	<u>599.296</u>
Receita de construção	-	276
Realização do ativo financeiro	<u>(6.395)</u>	<u>(6.395)</u>
Total receita bruta	<u>616.972</u>	<u>593.177</u>
<i>Deduções sobre as vendas</i>		
ISS	(31.165)	(29.963)
PIS	(10.285)	(9.892)
COFINS	(47.375)	(45.562)
ICMS	-	(3)
Total de deduções sobre serviços prestados	<u>(88.825)</u>	<u>(85.420)</u>
Receita operacional líquida	<u>528.147</u>	<u>507.757</u>

(a) As receitas de prestação de serviços são provenientes basicamente de uma obrigação de desempenho, conforme descrito na nota explicativa nº 6.c:

- Coleta, destinação e tratamento de resíduos – 100%;

Houve a realização do ativo financeiro reconhecido em relação aos investimentos realizados em infraestrutura definida no contrato de concessão, quando de sua conclusão. Essa realização ocorreu mediante à compensação de valores recebidos mensalmente na composição da tarifa de prestação de serviço.

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27 Custos dos serviços prestados

São compostas como seguem:

	2020	2019
Salários e encargos	(156.893)	(142.856)
Mão de obra	(672)	(64)
Aluguel	(12.684)	(7.073)
Depreciações e amortizações	(17.790)	(16.561)
Materiais aplicados nos serviços	(46.769)	(46.170)
Serviços de terceiros (a)	(157.357)	(171.541)
Provisão de outorga de ônus de concessão	(31.467)	(30.063)
Outros custos de produção	(20.571)	(17.393)
Custos de bens reversíveis	-	(276)
Créditos fiscais (b)	28.201	34.734
	(416.002)	(397.263)

(a) As principais naturezas em serviços de terceiros é referente a manutenção de veículos, transportes de resíduos, destinação de aterro e serviços de incineração.

(b) As principais naturezas relativas aos créditos fiscais são de PIS e COFINS.

28 Despesas comerciais

São compostas como seguem:

	2020	2019
Patrocínio, brindes e doações	-	(18)
Propaganda e publicidade	(2.760)	(2.723)
Outros	(39)	(95)
	(2.799)	(2.836)

29 Despesas e administrativas

São compostas como seguem:

	2020	2019
Remuneração direta mão de obra	(7.902)	(6.255)
INSS	(1.348)	(1.158)
FGTS	(340)	(286)
Benefícios	(1.444)	(1.229)
Depreciação e amortização	(523)	(488)
Serviços de terceiros (a)	(11.343)	(10.096)
Viagens e estadias	(34)	(115)
Tributos, seguros e contribuições	(1.317)	(1.017)
Outros	(897)	(742)
	(25.148)	(21.386)

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Refere-se principalmente a despesas compartilhadas no valor de R\$4.041 (R\$4.617 em 2019), consultoria administrativa-financeira no valor de R\$ 1.785 (R\$1.021 em 2019) , honorários advocatícios R\$ 3.249 (R\$2.354 em 2019).

30 Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

São compostas como seguem:

	2020	2019
Receitas eventuais	1.886	973
Despesas e provisões contingenciais	(5.723)	(2.177)
Resultado vendas de imobilizado	6.656	228
Patrocínio	(487)	(576)
Multa contratual	(1.832)	-
Outras	(336)	(353)
Total	164	(1.905)

31 Receitas e despesas financeiras

São compostas como seguem:

	2020	2019
Rendimentos sobre aplicações financeiras	372	1.073
Juros recebidos e descontos obtidos	524	2.942
Correção dos depósitos judiciais	590	791
Ajuste a valor presente	2.033	-
Total receitas financeiras	3.519	4.806
Variação monetária	(3)	(23)
Despesas bancárias	(646)	(575)
Despesas com juros e descontos concedidos	(1.056)	(33)
Despesas com juros sobre arrendamento mercantil	(876)	(1.037)
Despesas com multas e moras financeiras	(29)	(27)
Tributos sobre movimentações financeiras	(6)	(205)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.093)	(5.735)
Total despesas financeiras	(7.709)	(7.635)
Total	(4.190)	(2.829)

32 Cobertura de seguros

Durante o período de concessão, compete à Concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme prazos previstos: seguro de danos materiais para danos relativos à propriedade, que cobre todos os bens que integram a concessão e seguro de responsabilidade civil, cobrindo a Concessionária e o Poder Concedente pelos montantes que possam ser responsabilizados a título de danos, indenizações, custas processuais e outros resultantes do desenvolvimento das atividades pertinentes à concessão.

Em 31 de dezembro de 2020, as apólices contratadas pela Companhia oferecem as seguintes coberturas:

Lucros cessantes: R\$ 1.560;

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Seguro patrimonial: R\$ 95.482 e

Responsabilidade civil: R\$ 10.000.

33

Contrato de concessão

Através do Contrato de Concessão a Companhia presta serviços divisíveis de limpeza urbana na região noroeste da cidade de São Paulo/SP, sendo o período de concessão de 20 anos a partir de outubro de 2004, renovável por mais de 20 anos e tem reajuste anual da tarifa com base em fórmula paramétrica estipulada em contrato e composta de diversos índices do setor. A cada 5 anos o contrato prevê a realização de revisão ordinária das tarifas praticadas de modo a manter sua fidelização à equação econômico-financeira inicial do Contrato.

Terrenos, estruturas e construções bem como todos os contêineres utilizados para a execução do objeto da concessão são bens reversíveis e os demais ativos poderão ser revertidos conforme repactuação contratual. As principais obrigações contratuais são modernização do transbordo Ponte Pequena; construção de novo transbordo; implantação de aterro sanitário e estação de tratamento de efluentes; construção de usina de compostagem; construção de centrais de triagem; construção de central de tratamento de resíduos de serviços de saúde; implantação de coleta mecanizada; encerramento do aterro sanitário Bandeirantes; revegetação do aterro sanitário Vila Albertina e renovação de frota de veículos a cada 5 anos.

a. Ativo financeiro

A Companhia reconhece um ativo financeiro à medida que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelo serviço de construção. O concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento.

A receita reconhecida com relação à construção em 2020 e 2019 representa o valor justo do serviço prestado na construção da infraestrutura para prestação dos serviços.

A Companhia registrou ativos financeiros conforme detalhamento abaixo:

	2020	2019
Transbordo	8.849	11.266
Edificações	324	324
Benfeitorias	1.520	1.520
Contêineres	5.507	6.206
Centros de triagem	4.438	5.607
RSSS Unid. Treinamento	7.726	9.837
Tr. Anhanguera	3.662	3.662
Col. Mecanizada	71	71
Ajuste a Valor Presente	(4.345)	(6.379)
	<u>27.752</u>	<u>32.114</u>
Circulante	5.824	5.824
Não circulante	21.928	26.290

O ativo financeiro no montante de R\$27.752 em 2020 (R\$32.114 em 2019) refere-se à infraestrutura que vem sendo construída ou adquirida pela Companhia e que será reversível ao Poder Concedente, ao

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

término do contrato de concessão. Conforme contrato, a Companhia vem sendo remunerada por esses investimentos.

Valnei Souza Nunes
Diretor

Marcio Aparecido Utrila
Contador

* * *